

ENTREVISTA/José Roberto Mendonça de Barros, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

'A desindexação não pode esperar'

BRASÍLIA — O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, está otimista sobre a trajetória da inflação nos próximos meses. Para ele, as taxas continuarão a cair até março ou abril, dando um fôlego maior à equipe para decidir qual o momento mais adequado para avançar na desindexação da economia. Ele ressalta, entretanto, que ela não pode demorar demais, pois tem um horizonte relativamente curto. Por isso, o secretário avalia que o segundo trimestre desse ano será decisivo na condução da política econômica. Ele espera para esse período uma virada no sentido da retomada do crescimento, mas ressalta que isso vai depender de outros fatores, como o ajuste fiscal e as reformas na Constituição. E ressalta que o mais importante é criar neste primeiro semestre a expectativa de que é possível aprovar um conjunto de reformas capaz de assegurar o ajuste fiscal definitivo. O desafio, na sua opinião, é criar as condições para continuar crescendo.

O GLOBO — A palavra de ordem do governo é o ajuste fiscal, mas já era assim desde o lançamento do Plano Real. O que mudou do governo passado para cá?

MENDONÇA DE BARROS — Não se trata de mudança, mas de trazer de volta uma lembrança. Por que falar mais de ajuste fiscal agora? No ano passado tivemos um resultado fiscal excepcional — gerou-se um superávit primário e ficamos muito próximos de um equilíbrio operacional. Esse resultado decorreu de muito trabalho, mas também do Fundo Social de Emergência. Esse ajuste termina no final do ano, daí a relevância de se encontrar um ajuste permanente. A segunda questão é que não vai acontecer num curtíssimo prazo um volume extraordinário de modificações. Mas, o que a gente precisa hoje é ter um mínimo de convicção.

O GLOBO — O senhor poderia citar uma ou outra mudança constitucional que considere mais importante e que já estariam num estágio mais avançado?

MENDONÇA DE BARROS — Por exemplo, o ICMS. Desonerar as exportações. Uma série de exportações brasileiras ainda pagam ICMS, o que é um absurdo do ponto de vista econômico, mas é um fato. Essa é uma direção clara. Tentar de alguma forma ajustar as condições que evi-

“O que se precisa hoje é um mínimo de convicção que as reformas criarão boas expectativas”

tem a chamada guerra fiscal entre os estados, a concessão de incentivos fiscais para atrair investimentos, que provém da situação peculiar do ICMS. Terceiro, reduzir o máximo as vinculações, despesas carimbadas que tornam muito difícil a política fiscal. E você não pode ter contas abertas no Orçamento. Um grande problema fiscal é que, depois de 88, criaram-se várias contas abertas. São contas de despesas que não têm limite nem têm receitas garantidas do outro lado. Não tem um único grande problema, tem uma porção, cujo resultado é esse: a receita de impostos aumentou muito nos dois últimos anos, a folha de pagamentos mais do que dobrou em



termos reais, e ainda falta. É uma estrutura de despesa que fica sempre correndo na frente da receita. A vinculação que precisa é de receita com despesa, e não só de despesa.

O GLOBO — Quais são as contas em aberto? Pessoal é uma delas...

MENDONÇA DE BARROS — O orçamento da seguridade social. Só para dar um exemplo. O acesso ao INPS era restrito a quem tinha carteira de trabalho assinada, portanto, quem pagava o INPS. A partir de 88, ficou universalizada. Olha o que acontece no mercado de trabalho. Para rendimentos baixos, dado que você tem de qualquer forma, ainda

que o serviço seja precário, acesso ao serviço médico, você tem um certo estímulo à chamada informalidade. Muita gente acha o que seria o indireto na folha de trabalho, porque pelo menos o hospital, o trabalhador tem acesso garantido.

O GLOBO — Que consequência a atual queda da inflação tem para o programa econômico?

MENDONÇA DE BARROS — Isso torna menos aguda essa escolha: desindexa agora ou pode ser um pouquinho mais para a frente. É claro que eu estou supondo que o nível de demanda siga mais ou menos confortável. Isso alivia um pouco a escolha. Ela não vai demorar demais, ela tem um horizonte certamente curto, mas não quer dizer que se esgote em dois ou três meses. Tem mais espaço para você fazer isso, porque os resultados da inflação vão ser muito melhores do que se poderia imaginar.

O GLOBO — Mantido o ritmo atual de queda da inflação, dá para prever quando será esse momento da virada para a retomada dos investimentos?

MENDONÇA DE BARROS — Eu acho que vai ser o segundo trimestre deste ano. Estou falando do anúncio da decisão de investir. Isso já está acontecendo. Se você pegar os jornais e fizer uma pesquisa dos últimos dois

meses, de anúncios de novas plantas, novas fábricas, tem um monte de coisa em andamento. Embalagens, tubos de televisão, bens de consumo duráveis, brinquedos. São setores que têm de considerar esse tipo de coisa, onde você tem isso em larga escala. No segundo trimestre, de março para junho, já vai dar um bom indicador desse tipo de coisa.

O GLOBO — Esse segundo trimestre também será significativo no avanço rumo à desindexação?

MENDONÇA DE BARROS — O segundo trimestre será extremamente importante em todos os sentidos. Isso por uma razão simples. Você vai completar um ano de programa ao fim do segundo trimestre deste ano. E a partir daí, mesmo que não se faça nada, você já tem parte da desindexação resolvida, já que o IPC-R acaba em 1º de julho.

O GLOBO — A consolidação do plano econômico depende da aprovação das reformas estruturais na Constituição. Mas isso demanda tempo...

MENDONÇA DE BARROS — O Governo não espera que as reformas vão acontecer no curtíssimo prazo. Esse é um processo mais longo. O que se precisa hoje é um mínimo de convicção de que as reformas estruturais estão em andamento para criar expectativas favoráveis.